



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)  
*Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*  
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)  
ISBN 978-989-95500-1-8

---



## Apogeu e Decadência do Império Português: o profetismo bandárrico

MARIA MOTA

*Fundação para a Ciência e Tecnologia* - mariam@bragatel.pt

### Resumo:

A proposta incide sobre a observação das Trovas do Bandarra e, inserindo-se na temática do sebastianismo na cultura portuguesa, abarca também alguns aspectos relacionados com a intersecção entre cultura popular e cultura erudita. Gonçalo Anes, o Bandarra, deveu a sua celebridade mais à interpretação sebastianista das suas trovas do que ao seu estro poético, assim, neste estudo tivemos em linha de conta a natureza multifacetada e aberta da sua obra, considerada por muitos historiadores como o documento fundamental da crença sebástica. Neste trabalho intentamos articular diferentes níveis de análise, embora a investigação sobre os problemas levantados pelos contextos de produção e recepção nos tivessem interessado muito mais do que a análise da estrutura interna da obra, um auto pastoril muito singelo. No entanto, pensamos que uma maior atenção dada ao seu conteúdo revelaria certamente aspectos muito interessantes para o estudo da cultura portuguesa no século XVI. O Estado Liberal na linha da tradição romântica fez da cultura popular o seu estandarte para a defesa da identidade nacional e, não por acaso, Fernando Pessoa viu em Bandarra o símbolo de Portugal.

### Palavras-chave:

Profetismo, cultura popular, identidade nacional.

---

### O Império Português no Século XVI

Tendo em conta que o contexto político e social de Quinhentos é fundamental para a compreensão da génese das *Trovas* faremos um breve excuro sobre algumas linhas históricas gerais que nos ajudarão a situar melhor o nosso autor na sua época, a saber, a conversão forçada dos judeus e a sua expulsão do país, a crise religiosa no espaço europeu, a invasão dos turcos e a situação crítica do Império Português no século XVI.

A descoberta do Brasil, em 1500, representou o apogeu do expansionismo português. O reinado do rei venturoso representou o pico da ascensão política e económica do reino e, simultaneamente, o ponto a partir do qual as dificuldades económicas ligadas à manutenção do império começariam a fazer-se sentir. Vivia-se então, num ambiente de euforia e de exaltação, de conquistas e de ganhos, de riquezas, de prestígio e também de arrogante sobranceira. Muitas vezes ergueram-se então para augurar para o Reino as mais perturbadoras promessas de glória e poder. Outras, adivinhavam já na ganância pela riqueza conquistada facilmente, no desprezo pelo trabalho e

no gosto enganoso pela aparência faustosa, a pobreza que se avizinhava. Por volta de 1540, no reinado de D. João III, verificaram-se o abrandamento do estado de euforia que abrasava o país e o retrocesso relativamente às expectativas da construção de uma monarquia universal. Em 1542, começou a evacuação das praças de África por falta de recursos financeiros e, em 1549, é encerrada a feitoria da Flandres por insolvência. Os recursos humanos e financeiros investidos na defesa do império revelavam-se excessivos em relação aos benefícios auferidos. Mais afeito à conquista que à inteligência dos processos económicos em jogo, ao Estado Português faltou-lhe a capacidade de visão a longo prazo e a competência de administrar metodicamente proventos e dividendos. Um jogo alternado de recuos e expansões manter-se-á nas diversas regiões do império mas, lenta e inexoravelmente, o país foi sendo suplantado por outros que também se lançaram na aventura colonial e que com ele concorriam. A impossibilidade de manutenção desse império gigantesco tornou-se uma certeza em Alcácer-Quibir. Nesta jornada fatídica não se decidiu o destino do país: o fim da hegemonia portuguesa nos mares era já previsível e a unificação da Península esteve sempre presente no horizonte político de Quinhentos.

Mal-afeitos aos cálculos e previsões e mais propensos aos repentinos das aventuras, o país não estava preparado para o imperialismo de tipo capitalista e a mercantilização do Estado revelou-se um empecilho para a criação de novas estruturas económicas que promovessem mudanças significativas no plano das relações sociais de produção. Na Península Ibérica, apesar do seu papel seminal na descoberta do mundo, o processo de centralização do Estado ao serviço da classe senhorial, a introdução do Tribunal da Inquisição que defendia a ortodoxia católica do Estado, secundada pela nova ordem dos jesuítas, impediu o desenvolvimento de uma camada burguesa mais racionalista e empreendedora. Na *Carta a Látomo* (1535), Clenardo, humanista flamengo e professor de humanidades em Coimbra, descrevendo a situação portuguesa observava que a agricultura estava completamente abandonada e as profissões mecânicas eram desprezadas: os escravos desempenhavam todas as tarefas domésticas e os estrangeiros todas as indústrias. Nos espaços urbanos, espaços de visibilidade social por excelência, qualquer escudeirozito que se prezasse fazia-se preceder por uma cáfila de escravos, enquanto que, em casa e ainda segundo Clenardo, jejuava ou comia rabanetes.

O Estado mercador era a pirâmide da organização senhorial, que se sustentava do trabalho do camponês, da guerra, das doações régias e dos cargos administrativos. Os nobres envolviam-se nas transacções comerciais, daí auferindo lucros que não eram reinvestidos mas gastos na ostentação e no luxo.<sup>1</sup> O desenvolvimento das novas potências colonizadoras decorreu paralelamente à decadência dos estados ibéricos: enrodilhados numa estrutura senhorial antiquada, os benefícios do comércio ultramarino acabaram por ir parar às mãos das organizações financeiras internacionais.<sup>2</sup> Na Holanda, na Inglaterra, na França verificaram-se o estímulo e desenvolvimento de técnicas produtivas e instrumentos financeiros que animaram o espírito de concorrência, o aumento da produção, a aceleração das trocas comerciais e a acumulação de capitais. O novo tipo de homem exemplar proposto pelo protestantismo adequava-se à nova sociedade capitalista; o calvinismo defendia que o rendimento obtido pelo comércio era tão legítimo como aquele que se tirava da terra. Consequentemente aquilo que o cristianismo medieval condenava como desvio em relação à norma divina era considerado pelos protestantes como procedimento legítimo e virtuoso. A sobriedade, a

<sup>1</sup> A exploração das novas terras conquistadas era concebida dentro dos moldes tradicionais da guerra, da pilhagem e do trabalho escravo; beneficiava a coroa que controlava a empresa e, através dela, os nobres que compunham os principais quadros dos exércitos e da administração, a quem o rei distribuía cargos e tenças. (Vd. Saraiva, 2000:30).

<sup>2</sup> Teófilo Braga, na linha de Herculano explicava a crise do império português por razões políticas e administrativas. Para ele a expansão, a centralização do poder real, a diminuição dos poderes locais e as perseguições religiosas tinham enfraquecido a vida local de um povo pouco numeroso: "No sonho egoísta da sua grandeza, o sentimento do *Iusismo* é substituído pela audaciosa utopia da *Monarchia Universal*". (Braga, 1987: 318).

parcimónia, a discricção, a aplicação ao trabalho eram recomendadas por oposição à prodigalidade e à exibição ostensiva das cortes europeias católicas e da própria Igreja; estas atitudes favoreceram o aparecimento da empresa capitalista e das grandes dinastias financeiras que desempenharam um papel importante na política internacional.

Quando Bandarra nasceu a Igreja Católica vivia uma das piores fases da sua história. Dentro dos parâmetros de retorno à ordem clássica e às origens do cristianismo, os humanistas pugnaram pela reforma da Igreja, criticando acerrimamente a corrupção e a venalidade que atingia todos os sectores e domínios eclesiásticos. Em Portugal, referiu Silva Dias que a crise das ordens monásticas se tornara uma “realidade alarmante”: à fé dos fiéis baseava-se no maravilhoso cristão e em práticas rituais destituídas de verdadeira vivência religiosa, a corrupção e o desregramento eram frequentes.<sup>3</sup> Numa busca ansiosa de novos paradigmas conceptuais, os estudos esotéricos, a magia, a astrologia e a cabala conquistaram adeptos em diferentes meios sociais. Entendiam os homens do Renascimento que havia correspondência entre o mundo oculto e o mundo visível e nos sinais celestes liam os sábios e os astrólogos a desordem do mundo e o advento de uma nova era. Em 1517, Lutero publicava em Wittenberg, as suas 95 teses. Em 1522, entre os expulsos de Wittenberg encontrava-se Munzer, que Lutero tinha nomeado pastor na Saxónia, onde teve origem o movimento dos anabaptistas e o seu ideal religioso revolucionário. Em 1527, Carlos V saqueia Roma e, em 1529, os turcos chegam a Viena. Entretanto em Portugal, judeus e cristãos-novos continuavam a ser perseguidos. Imperador de uma Europa agitada e fervilhante, que rompia com as estruturas senhoriais do mundo medieval, Carlos V não conseguiu encontrar a paz desejada. A despedaçada unidade da Cristandade tornou-se irreversível, quer devido à tradução da Bíblia nas modernas línguas europeias, quer à difusão das novas ideias através da imprensa, factor decisivo para a sua expansão pelos quatro cantos do mundo. Como consequência, a Igreja fez a sua Contra-Reforma e do concílio de Trento saiu uma Igreja Católica, mais repressiva e austera, secundada pela Inquisição e pela Companhia de Jesus, órgãos disciplinadores que controlavam a ortodoxia dogmática da doutrina tridentina. Em 1555, na 3ª dieta de Augsburg assinava-se a paz religiosa e consagrava-se a cisão da Cristandade europeia. É, neste contexto de profundas transformações sociais e culturais, tanto em Portugal como na Europa, que podemos compreender a polémica obra de Bandarra. Sob os escombros da unidade cristã europeia, doravante perdida, ergueram-se novos sonhos de universalidade, de paz e de harmonia. Em Portugal, em Trancoso, Bandarra escrevia as suas *Trovas*. No meio das injustiças e erronias, da crise e da decadência anunciada o artesão-poeta visionava um novo mundo, mais justo e fraterno.

Neste mundo em mudança, as clivagens sociais que se constituíram a partir da mobilidade e constante reorganização social, acentuaram-se, levando à diferenciação e, assim, no denominado terceiro estado encontramos diversas categorias: camponeses, artesãos, legistas e comerciantes, etc. Estes diferentes grupos tinham um peso desigual na tessitura social do Antigo Regime. Ser membro de uma corporação de ofício, como a dos sapateiros, era um elemento de distinção social no período.<sup>4</sup> A profissão de sapateiro, como a de alfaiate ou ourives, no século XVI, propiciava as trocas culturais entre gente de diferentes grupos sociais, o que talvez originasse nestes mesterais alguns laivos de pretensão à reflexão e à filosofia mescladas com uma atitude de crítica à sociedade vigente

---

<sup>3</sup> Foi neste ambiente de prodígio que o Bandarra e os seus vaticínios se desenvolveram. Segundo Silva Dias, a superstição misturava-se a cada passo com a religião e era usual “a representação de comédias nas igrejas e, além disso, a representação histriónica da Paixão de Cristo e o uso de jogos e pantominas na procissão do Corpo de Deus”. (Dias, 1960:60-62)

<sup>4</sup> Depreende-se da leitura do Auto da Barca do Inferno de Gil Vicente que os sapateiros ganhassem bem, pois seriam metidos no Inferno ao lado de fidalgos, frades, letrados e judeus. Em O juiz da Beira, por exemplo, o sapateiro era um cristão-novo e falava castelhano. Provavelmente seria um judeu vindo de Castela durante o Reinado dos Reis Católicos.

e de previsões relativamente ao futuro. É indiscutível que a posição de Bandarra no tabuleiro social do Portugal de Quinhentos permitiu-lhe apreender receios e expectativas quer da comunidade local em que estava inserido, quer da comunidade nacional com a qual mantinha estreitos contactos que as suas idas a Lisboa mais acentuavam.

### A Corrente Profética em Portugal

O profetismo, para além do seu sentido bíblico, tem uma dimensão esotérica: é também uma inquirição do futuro, mais propriamente, uma predição. Neste sentido, não é um fenómeno exclusivo do povo judaico. Os oráculos, druidas, sibilas, videntes, magos ou xamãs, são, em geral, considerados seres dotados de poderes extraordinários e em contacto com uma realidade transcendente ao mundo do quotidiano, que lhes permite antecipar (pre)ver para além do momento presente, conhecer o passado e, muito especialmente, revelar o futuro.

Profeta em hebraico é designado pelo termo *nabi* que significa aquele que foi designado por Deus (escolhido) para transmitir uma mensagem (em grego *profêtes* quer dizer mensageiro). Conhecer o futuro significava, segundo o providencialismo bíblico, conhecer os desígnios de Deus, por natureza insondáveis ao comum dos mortais e apenas aos eleitos, dados a conhecer. Os profetas bíblicos, muito mais do que intérpretes do futuro eram na verdade intérpretes da vontade divina e era com essa função e autoridade que se comportavam quando se dirigiam aos seus contemporâneos, daí que detivessem também um inegável poder político na sociedade judaica: instrumentalizada, a profecia tornava-se uma inegável arma de persuasão social, de apelo à conversão individual e colectiva, abrindo a história para a dimensão da transcendência. Estas duas vertentes – a religiosa e a política - são características do profetismo bíblico. As palavras do profeta são em geral de carácter fortemente prescritivo. As suas preocupações são tanto religiosas como políticas porque o mundo e a história são o campo da actuação e da actualização da potência divina. Assim a profecia é a antecâmara da realização dos propósitos divinos, conferindo aos eventos históricos um nexó explicativo autónomo e distinto das relações de causalidade inerentes à intervenção humana.

Na Idade Média, o fenómeno profético de raiz bíblica prolongou-se no cristianismo no profetismo eclesiástico. Nas profecias de Santo Isidoro de Sevilha e Frei Gil de Santarém, o Encoberto era o Cristo da Parusia.<sup>5</sup> Segundo Franco: “Em Portugal, o profetismo assume contornos dominantes de carácter político, integrando elementos de foro religioso judeo-cristão e das ciências herméticas, bem como concatenando dados culturais das religiões primitivas. O profetismo lusitano anuncia a esperança de regeneração da sociedade portuguesa, de uma idade de ouro, da chegada de um messias, de um monarca que conduzirá Portugal e a Igreja Católica às glórias antigas e assegurará o seu triunfo no quadro mundial, de acordo com o que se crê estar determinado por Deus aquando da fundação do reino de Portugal” (Franco, 2001:73).

Na Península Ibérica, a expulsão e conversão forçada dos judeus que impeliu a sua diáspora pela Europa, levou a uma extraordinária revivescência da corrente profética. Durante o século XVI, as manifestações messiânicas multiplicaram-se em Portugal; em particular nos ambientes judaizantes, onde a influência da Cabala se fazia sentir, a expectativa era enorme. Abravanel, conhecido financeiro judeu profetizou a chegada do Messias para o ano de 1503; em 1525, a entrada de David Reubeni em Portugal provocou enorme perturbação entre os cristãos-novos. Aqui conheceu ele Diogo Pires, escrivão da Casa da Suplicação e corregedor do Cível na corte de D. João III, que se

<sup>5</sup> Santo Isidoro de Sevilha é considerado o maior erudito da Espanha visigótica. Viveu no século VII e deixou uma obra notável que influenciou consideravelmente a cultura hispânica. Muitos séculos depois da sua morte ainda se comentavam na Península Ibérica as suas profecias que se referiam ao Encoberto, anunciando o advento de um poderoso monarca. Os seus vaticínios foram reconvertidos por frei Pedro de Frias, sendo por isso também conhecidas como Coplas de Pedro de Frias, que Bandarra certamente conheceu. Actualmente, vale a pena referi-lo, Isidoro de Sevilha tornou-se o moderno patrono dos cibernautas.

converteu ao judaísmo com o nome de Solomon Molko. No mesmo ano, em Setúbal, Luís Dias havia-se proclamado o Messias, morrendo em auto-de-fé em 1542.<sup>6</sup> No entanto como assinala António Machado Pires, no século XVI, em Portugal, o profeta “mais notável foi Gonçalo Anes, por alcunha o Bandarra, natural de Trancoso” acrescentando que devia mais a sua notoriedade “à interpretação sebastianista dada posteriormente às suas trovas que ao prestígio da sua autoridade pessoal”(Pires, 1982:66). No entanto, Bandarra não era caso único. Abrão Zacuto, Frei António de Beja, Samuel Usque, e, fora de Portugal, o neto de judeus Nostradamus (1503-1566) com quem é algumas vezes comparado, fizeram predições, atestando a onda de entusiasmo e expectativa que varria as aglomerações urbanas, receptáculos das transformações sociais e culturais geradas pelo Renascimento e pela Expansão Portuguesa. Em Valença, mas também na Turíngia com Tomás Munzer, como também acontecera na Florença de Savonarola, a insurreição era a palavra de ordem na Europa dos inícios de Quinhentos: a unidade cristã medieval, apesar da repressão da Igreja e dos Estados católicos, desfazia-se estrepitosamente. Em breve e, encarniçadamente, cada palmo de terra seria disputado e cada nova ideia julgada e sentenciada pelo *Index Librorum Prohibitorum*.

Em 1541, Bandarra, acusado de judaísmo foi parar aos cárceres da Inquisição. Livrou-se da acusação mas foi obrigado a renunciar à escrita ou à divulgação dos seus escritos. No entanto, estes continuaram a circular clandestinamente, especialmente, entre os cristãos-novos. Apesar da influência judaica, o que estendeu a dúvida sobre sua condição de cristão-velho, os escritos de Bandarra compartilhavam também normas e padrões do catolicismo, pois, caso contrário, o autor poderia ter sofrido maiores danos no Tribunal da Inquisição e, não apenas condenado por “ser amigo de novidades e com elas causar alvoroço em cristãos-novos”. Segundo Machado Pires, o valor das *Trovas* não está em ser um documento do messianismo judaico mas na sua transmutação em documento da crença sebastianista: “Ao serem “sebastianizadas”, as Trovas, tornam-se um texto fundamental do sebastianismo, que não só alimenta o patriotismo dos portugueses de fins de Quinhentos e dos homens da Restauração, mas também está na base de toda a literatura sebastianista”(Pires, 1982:76,77).<sup>7</sup>

As *Trovas* do Bandarra serviram de elo de ligação entre os messianismos judaico, cristão, português e quinto-imperialista, mas o seu labor não foi um fenómeno isolado. A reapropriação do mito do Encoberto na versão portuguesa de Bandarra, inseria-se num vasto movimento peninsular contra a centralização ibérica levada a cabo por Carlos V e Filipe II e teve origem no país vizinho, em agitações populares em que D. Manuel era apontado como opção ao poder de Carlos V, considerado por muitos um rei estrangeiro, cujas ausências e expropriação de privilégios municipais, alimentaram movimentos populares como o de Valência, em 1520. Cerca de dez anos mais tarde, a lenda do Encoberto entrava em Portugal através das profecias do Bandarra que também teria tido conhecimento das profecias atribuídas a Santo Isidoro, através da *Coplas* do cartuxo castelhano Pedro de Frias e de outros versejadores espanhóis, entre eles o beneditino Juan de Rocacelsa.<sup>8</sup>

No século XVI, em Portugal, as descobertas e as conquistas criaram um clima de exaltação bélica e nacionalista, registando-se numerosas e diversas ocorrências messiânicas. Abundantes textos literários celebravam, copiosamente, os feitos já realizados e vaticinavam maiores e mais

<sup>6</sup> Luís Dias, alfaiate e cristão-novo de origem, foi considerado, por muitos dos seus contemporâneos como messias. Baseado em Isaías e Jeremias anunciou que a aparição do Messias (da tribo de Judá) dar-se-ia em Portugal, onde se encontravam muitos dos descendentes desta tribo, convicção comum aos judeus portugueses, que se afirmavam descendentes da ‘nobreza’ de Israel, Judá e Benjamin. (Vd Carvalho (apres.) in Anes, 2002: 22).

<sup>7</sup> Pinharanda Gomes afirma que os sebastianistas fizeram um uso abusivo das profecias de Bandarra. Segundo ele, as *Trovas* de Bandarra serviu, em primeiro lugar, a esperança dos marranos e, em segundo lugar, o projecto restauracionista e nacionalista” (Gomes, 1999:259-260).

<sup>8</sup> Segundo Besselaar, “É muito provável que Bandarra tivesse chegado à ideia de compor as suas trovas tomando por exemplo as coplas do país vizinho, tanto mais que estas designavam muitas vezes o futuro Imperador como «Infante de Portugal». (Besselaar: 1987:50).

amplas conquistas e cometimentos destinados à nação eleita por Deus para expandir o império e a religião cristã. Basta lermos alguns dos autores da época para nos apercebermos deste entusiasmo galopante que raiava a cegueira e a idolatria nacionalista. As *Trovas* como outros textos literários de Quinhentos, como os de Gil Vicente, Diogo de Teive, António Ferreira, João de Barros ou Camões, entre muitíssimos outros, entusiasticamente, encorajavam os Portugueses a prosseguirem a empresa das Conquistas e a luta contra o Islão. Os portugueses, povo escolhido por Deus, escolha simbolizada nas armas nacionais pelas chagas do escudo de Portugal tinha sido chamado a cumprir uma missão civilizadora e ecuménica: a concepção de povo eleito, de origem judaica, garantia aos portugueses, cristãos novos ou velhos, a prerrogativa da acção expansionista em nome da conversão de todos os povos. A partir daí, a história de Portugal passou a ser interpretada de acordo com o modo como se compreendia o processo de redenção da humanidade, ou seja, providencialmente, como indefinido horizonte de expectativa.

Ao exaltar a grandeza de Portugal e a expansão ultramarina, Bandarra aliava-se a uma tradição messiânica, presente no reino desde pelo menos a Lenda de Ourique, que perpassou também pelas narrativas dos cronistas reais como Fernão Lopes, que narrou os feitos que levaram a ascensão de D. João I ao trono, Rui de Pina, que redigiu a *Crónica de el-rei D. João II* e Damião de Góis que escreveu a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Cingindo-nos apenas à obra de Gil Vicente (1465-1536), não podemos deixar de fazer referência à peça *Exortação da Guerra*. Neste texto de 1514, de certo modo único na obra de Vicente, um clérigo bruxo e adivinho, evocava perante a corte uma série de personagens extraídas da história e da lenda mas todas elas célebres pelos seus traços guerreiros: Polixena, filha de Príamo e Hécuba, Pentesileia, rainha das Amazonas, Aquiles, Aníbal, Heitor e Cipião, todas exortam os portugueses para manterem, mesmo com sacrifícios, o combate contra o Islão. Uma outra fonte pouco estudada para explicar o mito do Encoberto é o estratagemma do “príncipe encoberto”, elemento que encontramos nas comédias romanescas de Gil Vicente como *Dom Duardos* e *Amadis de Gaula*, inspiradas nos romances de cavalaria;<sup>9</sup> podemos encontrar este subterfúgio teatral do príncipe incógnito e disfarçado em alguns relatos do regresso de D. Sebastião ao reino ou à sua viagem penitencial pelo mundo. Esta assimilação de elementos de diferente origem possibilitou a constituição de uma síntese religiosa cristã e judaica, erudita e popular, elementos que garantiram a disseminação do mito do Encoberto no espaço português, ao longo de vários séculos. O motivo do Encoberto, associado à metáfora do “claro-escuro” e do véu, do ocultamento e do desvendamento será um tema caro ao barroquismo português e um recurso estilístico de ampla utilização nos sermões do padre António Vieira.

### O profeta de Trancoso

A vila de Trancoso era, em 1497, antes da conversão forçada dos judeus, promovidas por D. Manuel e do estabelecimento da Inquisição, no reinado de D. João III, a região onde havia o maior número de gente judaica no reino português.<sup>10</sup> Trancoso, naquele tempo, era um burgo pequeno, velha praça fronteira, com ligações a outras comunidades através dos mercadores judeus que

<sup>9</sup> Dom Duardos, “príncipe de Inglaterra”, por exemplo é um cavaleiro andante que corre o mundo em busca de aventuras. Apaixona-se por Flérida, filha do “Imperador de Constantinopla” e disfarça-se de jardineiro para se fazer amar por ela. (Vd Teyssier, 1985: 87).

<sup>10</sup> Na Idade Média, o ordenamento social nos concelhos era variável. Alguns tinham uma feição aristocrática bastante vincada enquanto noutros havia uma presença mais frequente dos mesteirais e mercadores. Apenas, no séc. XVI, começou a cristalizar-se definitivamente o grupo social de gente nobre da governança: a “nobreza municipal ou de pelourinho”. Para isso contribuiu o ataque da Inquisição aos homens de negócio, o que não quer dizer que muitos nobres não tenham e desenvolvam os seus negócios mas não como mercadores. Aproveitando mediocrementemente a vida local, impediram que se trilhassem caminhos novos e sustentaram em boa parte a estagnação do reino”. (Coelho et al, 1986:28 -56).

tinham tornado a sua vila próspera e movimentada: a feira franca de Trancoso era das maiores do país.<sup>11</sup> Gil Vicente fez-lhe referência no *Auto de Mofina Mendes*. Apesar de, no século XV, a população de Trancoso ter aumentado consideravelmente, sobretudo com a vinda de novas famílias judaicas, após a instalação da Inquisição, a perseguição aos judeus tornou-se mais violenta e a vila entrou em processo de regressão económica.

O sapateiro era sem dúvida, um homem invulgar, que aliava uma memória fabulosa ao talento de fazer versos em estilo popular. Era dotado de grande carisma entre os contemporâneos que o consideravam profeta e o consultavam como a um oráculo sobre diversos assuntos. Grande parte dos investigadores, ligados à problemática do messianismo sebástico, entre eles Lúcio de Azevedo, reconheceu nas *Trovas* do Bandarra, vários elementos fundamentais para a constituição do mito, como as profecias bíblicas dos impérios, a esperança num messias, a figura do "Encoberto", com origem em Castela e as reminiscências das lendas arturianas. Podemos identificar, portanto, o messianismo como a marca principal dos escritos de Bandarra, influenciado, principalmente, pela vivência numa comunidade de cristãos-novos. Assim, encontramos referências nas *Trovas* a elementos do Antigo Testamento, em especial aos profetas Isaías, Jeremias e Daniel, além de Esdras e algumas características milenaristas, de influência joaquimita, nomeadamente, a constituição de um Quinto Império Cristão, liderado pelo rei de Portugal, que converteria todos os povos do mundo e encaminharia a humanidade para um período de paz, antecessor do Juízo Final. Também para Joel Serrão o conteúdo cultural do núcleo originário das *Trovas* radicava em reminiscências bíblicas e arturianas, em lendas e profecias peninsulares, mas para além destes elementos apresentava também, aspectos sociais decorrentes daquilo que Braudel, referindo-se à sociedade aristocrática do Antigo Regime, chamara o "desespero de viver": "Ora esse desespero hispânico (...) é o aglutinador, por um lado da persistente tradição milenarista ocidental, e por outro, das esperanças postas nesse "bom Rei Encoberto", capaz de por termo à injustiça e aos desaguiados sociais do mundo, claramente denunciados nas trovas deste beirão"(Serrão, 1983:153/154).

Bandarra proclamou a necessidade de mudanças no seio das instituições eclesiástica e judicial. O sapateiro identificava-se com os profetas bíblicos, o que justificava o título de sua introdução: "Sente Bandarra as Maldades do Mundo e Particularmente as de Portugal". E quais eram estas maldades que Bandarra sentia também como suas? O clero e os juizes eram venais, os fidalgos ostentavam títulos comprados, as mulheres eram levianas. Vinha de seguida, a matéria profética, os chamados sonhos proféticos em que era exaltada a nação portuguesa e aludia-se à constituição do futuro Império Universal.

Em Bandarra encontraram eco e ressonância, as primeiras derrotas dos Portugueses no Oriente e em África e as arremetidas dos exércitos otomanos. Como resposta e compensação imaginária, nas *Trovas* profetizavam-se a conquista de África, a derrota dos Turcos e o predomínio do reino português no mundo; os judeus convertidos ao cristianismo e os cristãos-velhos, liderados por um rei português realizariam o advento do Império Universal, tempo de paz num mundo fraternalmente religado.

O nascimento do Príncipe Desejado suscitou ardentes esperanças na realização destes anseios imperiais e a derrota em Alcácer-Quibir, longe de exaurir, exacerbou esta corrente nacionalista e messiânica. A partir daí, as *Trovas* do Bandarra, que divulgavam o mito do Encoberto,

---

<sup>11</sup> Trancoso, durante a Idade Média era um concelho bastante desenvolvido e foi palco de alguns acontecimentos importantes, entre eles, no século XIII, o casamento de D. Dinis com a princesa aragonesa, D. Isabel, a futura rainha Santa, canonizada em 1622.

interpretadas por D. João de Castro e António Vieira tornaram-se o Evangelho da fé renovada nos fundamentos e fins providenciais da nação portuguesa.<sup>12</sup>

### **A poesia e a profecia bandárricas na confluência da cultura popular e erudita**

Poesia e profecia têm uma origem comum: *vate* em latim pode significar poeta ou profeta e o vaticinar era comum tanto à prática profética como à poética. Desde o princípio, sebastianismo e poesia cruzaram os seus interesses e não por acaso, grande parte da literatura de exaltação pátria se fez em versos. O poeta e o profeta têm alguns traços similares: são visionários, sonhadores incorrigíveis e inspirados; a sua voz é mediadora de um outro mundo, que não é o do comum dos mortais e localiza-se, quer no tempo diáfano do mito, das origens, quer no futuro. O poeta é aquele que, na linha da tradição platónica, inspirado por Eros e Apolo tem o sentido da visão prognóstica. O poeta e o profeta, servindo os deuses ou deles se servindo, traçam os caminhos a seguir e determinam o sentido do futuro.

A poesia pelo poder da palavra falada e ritmada foi um veículo privilegiado de transmissão de uma cultura baseada na oralidade. A obra literária de cariz popular começava por ter um autor, letrado ou iletrado; depois de boca em boca, logo se tornava anónima. E, no longo caminho que percorria, ia se apropriando dela cada um dos que a repetiam, ajustando a seu modo o que já era legado comum. Por outro lado, tão importante como as palavras era a presença física que criava a experiência comunicativa plena e era também factor de variação infundável.<sup>13</sup> Mantinha-se o tema fundamental, mas os acidentes mudavam e de tal maneira que quase se poderia dizer que em cada performance a peça se recriava. Apenas neste sentido poderá ser considerada uma obra colectiva, ou seja, uma sucessão de variantes em que muitos colaboraram, que transpôs os limites geográficos e temporais originais, sem que se lhe conheça assinatura reconhecida, assim se perpetuando. Jacqueline Hermann que se debruçou sobre o tema do sebastianismo chamou a atenção para o cruzamento dos registos oral/popular e erudito/escrito na obra do Bandarra (Hermann, 1998). Embora não tenham sido os versos que tornaram Bandarra conhecido, nas *Trovas* encontramos já a conjugação entre profecia e poesia popular: era através da voz de um homem do povo que Deus exprimia os seus desígnios. Sem dúvida alguma, o cruzamento entre poesia popular e profecia tornou-se um importante factor de convergência social em torno de uma ideia nacional. No espaço de algumas dezenas de anos, na sua transmissão, foram utilizadas diferentes tecnologias da comunicação: os registos oral e escrito, e dentro do registo escrito, o manuscrito e o impresso. Divulgadas, em primeiro lugar num meio iletrado, as *Trovas* passaram da boca para o ouvido antes de serem trasladadas e depois impressas. Apesar da revolução tecnológica operada pela invenção da escrita ter sido o anúncio da progressiva disjunção entre a cultura das elites e a cultura popular no caso específico das *Trovas* ambos os registos contribuíram para o seu extraordinário sucesso.

<sup>12</sup>Segundo Franco: "Sob a autoridade de Bandarra e com o impulso dos jesuítas, principalmente do padre António Vieira, o profetismo prolifera com a independência restaurada, em 1640, expande-se com ductilidade suficiente para identificar o Encoberto com D. João IV, D. Teodósio, D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V. Elabora-se toda uma literatura político-profética (desde tratados a sermões), forjada para inculcar a ideia de que a Restauração cumpriu as profecias"(Franco: 2001:74). O profetismo é também uma característica dos textos da parenética portuguesa: nos sermões de Seiscentos anunciava-se o engrandecimento futuro do reino associado à glória da Igreja Católica. (Cf. Marques, 1989).

<sup>13</sup>A passagem de um modo de transmissão oral para um suporte escrito provocou grandes alterações e rupturas como os estudos antropológicos de sociedades actuais que não conheciam a escrita revelaram. Marcel Detienne cita o caso da sociedade Tiv na Nigéria para demonstrar como imperceptível e inconscientemente a memória social de uma determinada sociedade está sempre em movimento e é fluida e mutável. Segundo Mauss, é inútil procurar um texto original porque este não existe: o mundo da repetição é também o da variação. O texto escrito é pelo contrário o suporte indispensável de uma memória fiel e invariável, o que implica também, em contrapartida uma exegese interminável. (Detienne, 1992).



Verdadeiramente populares as *Trovas* chegaram a todos os estratos sociais em diferentes conjunturas históricas.<sup>14</sup>

Escritas, no século XVI, no dealbar de um novo mundo, inúmeras vezes glosadas, reescritas e acrescentadas ao sabor das necessidades ideológicas de cada época, nas *Trovas* podemos apreender o ponto de viragem de um modo de comunicação tradicional, oral, da boca para a orelha, fluído e móvel para o modo de comunicação escrita, estático e fixo e, por isso mesmo alvo de inúmeras interpretações que o actualizavam permanentemente, tornando-se assim, em diferentes momentos, o documento essencial da crença sebastianista.

Segundo Lipiner, a diversidade de conteúdo que caracterizava as *Trovas* - algumas aplicavam-se à realidade quotidiana, corruptível e efémera, enquanto outras, mais proféticas eram orientadas para o futuro da humanidade – traduziam o anseio de transferir a história nacional para o domínio universal e fazia com que pudessem ser abordadas de uma forma quer local, quer universal (Lipiner, 1996). Nas *Trovas*, Bandarra fez uma crítica acerada aos poderes políticos, religiosos, económicos e aos magistrados, aspecto que o aproximava de um outro contemporâneo, Gil Vicente a quem já fizemos referência anteriormente. Em ambos se entrecruzavam a linguagem maliciosa e ingénua da tradição popular, veículo de inúmeros contos e narrativas orais que mantiveram durante séculos uma vida clandestina e temáticas típicas do mundo letrado.<sup>15</sup> Tanto um como outro pelo seu alto grau de comunicabilidade transitaram entre dois mundos e puderam ser considerados tanto defensores das ideologias vigentes como porta-vozes dos descontentamentos populares e capazes de realizar uma síntese entre a cultura popular e a erudita, fenómeno que proporcionou a leitura dos seus versos até à actualidade.

Nas *Trovas* encontravam-se interligados mito, profecia e poesia. As visões de Bandarra reflectiam a consciência da crise do momento presente e a expectativa no futuro império mundial, conduzido pelo Messias Encoberto, regenerador messiânico de um Portugal glorioso e cabeça do império cristão. A sua veracidade era atestada pelo estatuto de profeta que Bandarra granjeara entre os seus conterrâneos. Obra fundamental para a compreensão do messianismo português, em especial o inaugurado com o desaparecimento do rei D. Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir, o discurso de Bandarra foi geralmente apresentado como fonte de inspiração para obras posteriores como a de D. João de Castro, António Vieira ou Fernando Pessoa, e serviu geralmente de propedêutica aos estudos sobre o sebastianismo. Mas, apesar da sua extraordinária difusão no espaço e no tempo, as *Trovas* foram elaboradas a partir de coordenadas espacio-temporais específicas que condicionaram o seu discurso profético. Todas as apropriações subsequentes foram sempre pautadas por alterações quer de versos quer de sequências de versos e até por acrescentamentos posteriores tendo em vista a sua instrumentalização ideológica. É de realçar contudo que todas estas utilizações tiveram sempre como pano de fundo um país em crise de

<sup>14</sup> Como referiu Ana Isabel Buescu, "Questão fulcral para a compreensão do quadro das transformações na transmissão cultural na Época Moderna é, sem dúvida, o aparecimento da imprensa. O advento da arte tipográfica, em meados do século XV, vem significar, a prazo, uma modificação radical na memória e na transmissão da cultura, ao fazer superar em definitivo o monopólio clerical da cultura escrita e ao multiplicar os objectos escritos, intensificando as trocas culturais, disseminando a produção intelectual em relação aos seus centros tradicionais, criando novos ofícios e novos públicos leitores, operando uma progressiva laicização da cultura." (Buescu, 2000:31).

<sup>15</sup> A grande fonte da poesia popular quinhentista é, sem dúvida alguma, as comédias e farsas de Gil Vicente, em que pulsa o amor pela natureza, o amor profano, a devoção religiosa, característico de um povo que se diverte, canta e baila, alegre e ruidoso e, por vezes, maledicente e coscuvilheiro. Também no texto de Bandarra encontramos uma ambiência popular que conjugava o trabalho, o divertimento no quadro de uma sociabilidade comunitária. Num dos seus sonhos ele descreveu um baile pastoril, realizado, após o trabalho - os pastores descem a serra, juntam e contam os seus gados e, finalmente, tangendo e bailando dão graças a Deus. Estas vivências populares, próximas do mundo pagão, eram contrariadas pela hierarquia católica como podemos observar nas Constituições do bispado de Évora, de 1534, austeras e intransigentes, relativamente aos comportamentos que consideravam pouco cristãos: "Defendemos a todas as pessoas eclesiásticas e seculares, de qualquer estado ou condição que sejam, que não comam nas igrejas, nem bebam, com mesas nem sem mesas, nem cantem, bailem em elas, nem em seus adros". Citado por Braga, 1987:396.

orfandade política, quer pela ausência do rei em Espanha (sécs. XVI e XVII), quer no Brasil (séc. XIX), quer ainda num sentido mais geral pela inexistência de uma liderança política reconhecida e aceite.

### As diferentes versões das *Trovas de Bandarra*

Reinterpretadas, em função do contexto da sua recepção, as *Trovas* serviram de suporte para o discurso nacionalista em diferentes épocas e o seu significado dependeu muito das condições da sua recepção em diferentes contextos históricos.<sup>16</sup> As diferentes versões das *Trovas* que chegaram até nós foram atravessadas por interpolações promovidas pelos seus editores, atentos aos interesses específicos de cada conjuntura histórica.

A primeira cópia das *Trovas* teria sido trasladada por um tal Heitor Lopes, “converso, tosador, vizinho de Trancoso”. Apesar da condenação dos seus escritos, estes foram bastante divulgados e corriam diversos manuscritos. Após o desastre de Alcácer-Quibir e a perda da independência, D. João de Castro, considerado como o apóstolo do messianismo sebástico e um dos principais responsáveis pela identificação do Encoberto com D. Sebastião desempenhou um papel importante na divulgação e publicação dos escritos do Bandarra.<sup>17</sup> D. João de Castro considerava Bandarra um verdadeiro profeta, o que o levava a não admitir qualquer tipo de “erro” nas palavras inspiradas por Deus; punha-se então a questão da autenticidade das *Trovas*, problema alheio à literatura oral que aceitava todas as versões como verdadeiras e equivalentes. Desse complicado problema de crítica textual teve D. João de Castro plena consciência e dele deu conta com um conhecimento de causa a que não seriam alheios os estudos realizados com os jesuítas, em Évora, no Colégio do Espírito Santo. Organizando e ordenando as *Trovas* segundo os seus propósitos pretendia apresentar um discurso oposicionista em relação à união das coroas ibéricas, a partir da crença no regresso de D. Sebastião. Este era entendido como o rei indicado por Bandarra, que naquele momento segundo as afirmações de João de Castro estava prisioneiro dos espanhóis (o célebre D. Sebastião de Veneza).

Na edição de 1644, a legitimidade da nova dinastia, promotora da Restauração Portuguesa, era particularmente enfatizada.<sup>18</sup> A sua publicação pelo 5º Conde da Vidigueira, D. Vasco Luís da Gama, embaixador de D. João IV na corte de Luís XIV obedeceu claramente a um objectivo de propaganda política. Tal como D. João de Castro, o editor de 1644 tinha plena consciência dos problemas de crítica textual que o texto levantava: “Não havia pessoa que não tivesse um Bandarra a seu modo”. As principais discordâncias entre as duas edições referiam-se aos argumentos utilizados pelos restauradores para definir o nome do rei e a data do evento: no que se referia à identificação do monarca, enquanto os restauradores identificaram o seu nome como sendo D. João, na edição de João de Castro aparecia Dom Foão. No que se referia à data em que ocorreria a Restauração Portuguesa, na versão de D. João de Castro o ano indicado era o de oitenta, e não quarenta, como aparecia na edição que tinha por base Nantes. Já no contexto da Restauração, o padre António Vieira

<sup>16</sup> Manipuladas como profecia pelos defensores da causa da Restauração no ambiente religioso do séc. XVI, no século XIX, romântico e folclorista, as *Trovas*, monumento da cultura popular foram ideologicamente utilizadas pelo Estado Liberal e burguês para a conformação da identidade nacional. Para os burgueses românticos, as histórias, contos, músicas, as tradições, as técnicas, os artefactos e as práticas populares representavam o “espírito” do povo de cada país em oposição à dominação cultural estrangeira ou à dominação clerical e absolutista.

<sup>17</sup> Para D. João de Castro, Deus escolheu Bandarra como profeta e, curiosamente, um dos factos que para ele atesta a veracidade das suas profecias é o facto delas se terem conservado na tradição oral: “Por onde o Senhor que as falou por um pequeno, as quis também por pequenos conservá-las, não obstante o inconveniente de serem palavras suas”. (Vd. Castro, 1942).

<sup>18</sup> A referência explícita na obra de Bandarra ao imperialismo português serviu os interesses nacionalistas na fase da monarquia filipina. E a tal ponto que no próprio dia da aclamação solene de D. João IV, a imagem do Bandarra foi exposta num altar da Sé, com o consentimento do arcebispo e o silêncio do Santo Ofício, o que não impediu, no entanto que, em 1655, as *Trovas* voltassem a ser de novo proibidas pela Inquisição.

alicerçou-se nas *Trovas* para erigir as suas próprias profecias, entre elas a da ressurreição de D. João IV. Mas não se esgotaram aqui as releituras do Bandarra. Se os pensadores influenciados pela corrente do Iluminismo como José Agostinho de Macedo tiveram uma atitude desdenhosa para com tudo aquilo que lhes parecesse ignorância ou superstição religiosa, na primeira metade do século XIX, a corrente profética baseada em Bandarra conheceu uma nova revivescência: a orfandade política gerada pela ausência do rei no Brasil e, posteriormente, a guerra civil, provocaram uma nova onda de edições das *Trovas* que serviram, igualmente, para justificar os ímpetus anti-napoleónicos, a revolução liberal e a ideologia tradicionalista defendida pelos partidários de D. Miguel.

Eram muitas, naturalmente, as divergências entre as diferentes versões, publicadas tendo em vista o seu uso político, seja no caso sebastianista, no joanista, ou ainda durante os reinados posteriores, sobretudo durante as Invasões Francesas e a Revolução Liberal. Na versão editada em Barcelona, no ano de 1809, e reeditada em 1866 e 1989, foram acrescentados um segundo e um terceiro corpo às *Trovas*, o segundo era extraído de uma cópia do Cardeal Nuno da Cunha, e o terceiro, segundo a opinião corrente, era constituído por coplas recolhidas na ocasião da destruição das paredes da capela-mor da igreja de Trancoso, em 1729.<sup>19</sup> Nada afiança a autenticidade destes acrescentos. Há ainda que referir uma edição publicada em Londres, no ano de 1810, em forma de comentário, identificando o rei encoberto com D. João V; uma de 1815, também de Londres, que apresentava um quarto, quinto e sexto corpo de trovas; outra de Lisboa, de 1823, que visava fazer de Bandarra um profeta da Revolução do Porto de 1820; uma incompleta de 1852 era constituída apenas pelo terceiro corpo comentado das *Trovas* e, enfim, uma edição de 1911, com apenas uma parte pertencendo realmente às *Trovas*.<sup>20</sup> Em geral, actualmente, os estudiosos das *Trovas* de Bandarra utilizam tanto as *Paráfrases* de D. João de Castro, quanto a edição de 1644, esta última tida actualmente como a que mais se aproxima dos verdadeiros escritos de Bandarra.

Na época contemporânea, o sebastianismo, desacreditado no campo das ideias políticas, continuou o seu caminho pelas sendas do romantismo, confundido, desde então - como a saudade sua companheira - com a matriz genesiaca da nação e do povo português, tema para poetas, dramaturgos, historiadores e filósofos. Nos versos proféticos de Gonçalo Anes, fundaram-se vários outros "teóricos/criadores" do sebastianismo para escreverem os seus textos e justificarem os seus anseios, expectativas e crenças, em diferentes momentos da história e, nomeadamente, da história literária portuguesa. No século XX, o saudosismo de Teixeira de Pascoaes, o V Império da Cultura e Língua Portuguesas de Fernando Pessoa ou, posteriormente, o V Império Português de Agostinho da Silva - centrado na coroação do Imperador Menino, ideal de regresso à inocência e à soberania da infância - evocavam ainda através da recriação poético-filosófica do mito, o esplendor de um mundo desaparecido nas brumas da memória. Mesmo para o historiador Lúcio de Azevedo, estudioso do fenómeno sebastianista, o messianismo era na história portuguesa, o equivalente ao que era na poesia, a saudade, "nascido da dor, nutrindo-se da esperança, ele (o sebastianismo) é na história, o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa." (Azevedo, 1947:8).

As *Trovas* enquanto manifestação da poesia popular mantiveram através do seu percurso multissecular, o seu carácter de obra colectiva, próprio da cultura oral. Tantas foram as contribuições e as variações, que dificilmente, hoje, poderíamos falar de uma versão verdadeira ou autêntica. E,

---

<sup>19</sup> A edição de 1809, de Barcelona, seguia a de 1644, mas fora-lhe acrescentado um segundo corpo de 25 quadras, inéditas, tal como fora solicitado ao editor. Além deste, surgia ainda um "Terceiro corpo" de trovas, composto por mais 37 quadras, dispostas numa introdução e seis sonhos. Segundo António Carlos Carvalho "para além do das trovas "autênticas" (já de si alteradas pelos que as transcreveram e pelos comentadores) ainda surgiram nos séculos seguintes um segundo e um terceiro "corpo" e, depois, as quarta, quinta e sexta "partes", tudo isso escrito por "continuadores" da tarefa do "sapateiro-profeta". Para ele as *Trovas* surgem então como uma espécie de "obra colectiva", "passando Bandarra a ser um nome simbólico ou de mera referência". (Carvalho (apres.) In Anes 1984, pp. 26-27).

<sup>20</sup> Sobre estas edições, excepto a de 1852, consultar Pires, 1982: 69.

para concluirmos (há que pactuar com os poetas), não podemos deixar de citar Pessoa, que melhor que ninguém compreendeu Bandarra, designando-o na *Mensagem* como verdadeiro símbolo de Portugal:

*“Sonhava anónimo e disperso,  
O Império por Deus mesmo visto,  
Confuso como o Universo  
E plebeu como Jesus Cristo*

*Não foi nem santo nem herói,  
Mas Deus sagrou com Seu sinal  
Este, cujo coração foi  
Não português mas Portugal.”*

### **Bibliografia**

- Anes, Gonçalo (2002). *As Profecias de Bandarra*, Carvalho, António Carlos (Int. e apres.), Sintra: Colares Editora.
- Anónimo, (2006). *Explicação do Terceiro Corpo das Profecias de Gonçalo Yannes Bandarra, começadas a verificar no reinado do senhor D. João V e acabadas no reinado do senhor D. Pedro 4º*. Lisboa: Arquimedes Livros (edição facsimilada da 1ªed. 1852).
- Azevedo, Lúcio de (1947). *A Evolução do Messianismo*, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Besselaar, José van den (1987). *O Sebastianismo – história sumária*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa: Ministério da Educação e Cultura.
- Braga, Teófilo (1987). *História da Poesia Popular Portuguesa, ciclos épicos*, edição fac-similada, Pinto-Correia, João David (pref.), Lisboa: Vega.
- Buescu, Ana Isabel (2000). *Memória e Poder, Ensaios de História Cultural (séculos XV XVIII)*, Lisboa: Ed. Cosmos.
- Castro, João de (1942). *Paráfrase e Concordância de Algumas Profecias de Bandarra*, Reprodução fac-símile, Porto: Ed. Lopes da Silva.
- Coelho, Maria Helena e Magalhães, Romero Joaquim (1986). *O Poder Concelhio das origens às cortes constituintes*, Coimbra: Ed. Centro de Estudos e Formação Autárquica.
- Detienne, Marcel (1992). *L’Invention de la Mythologie*, Paris: Gallimard.
- Dias, José Sebastião da Silva (1960). *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, tomo 1, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Franco, José Eduardo (2001). ‘Profetismo’, Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal P. V., Apêndices*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 71-75.
- Gomes, Pinharanda (1999). *A Filosofia Hebraico-Portuguesa*, Lisboa: Guimarães Editores.
- Hermann, Jacqueline (1998). *No Reino do Desejado, A Construção do Sebastianismo em Portugal nos Séculos XVI e XVII*, S. Paulo: Companhia das Letras.
- Lipiner, Elias (1996). *Gonçalo Anes Bandarra e os Cristãos-Novos*, Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos Judaicos.
- Marques, Francisco, (1989) *A Parenética Portuguesa e a Restauração, 1640-1668: a revolta e a mentalidade*, 2 vols., Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Pessoa, Fernando (1988). *Mensagem*, Lisboa: Edição Ática.
- Pires, António Machado (1982). *D. Sebastião e o Encoberto, Estudo e Antologia*, 2ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Saraiva, António José (2000). História da Cultura em Portugal, vol. 1 – Renascimento e Contra-Reforma, Lisboa: Gradiva.

Serrão, Joel (1983). Do Sebastianismo ao Socialismo, Lisboa: Livros Horizonte.

Serrão, Joel (1984). 'Sebastianismo' in Serrão, Joel, (dir.), Dicionário de História de Portugal, vol. V, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 508-515.

Teyssier, Paul (1985). Gil Vicente, o Autor e a Obra, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.